

MATERNAGEM NA PROPAGANDA ANTICOMUNISTA: O CASO DAS MARCHAS DA FAMÍLIA NA BAHIA, 1964¹

Ediane Lopes de Santana*
Rebeca Sobral Freire**

RESUMO: *O texto consiste numa análise acerca da utilização do discurso da maternagem dentro da propaganda anticomunista no período do golpe Civil-Militar, em 1964, na Bahia. Partimos da caracterização da participação das mulheres em uma das manifestações anticomunistas que mais refletiram a resistência conservadora do período: As Marchas da Família com Deus, pela Democracia e pela Liberdade. Trabalhamos, especificamente, as marchas que ocorreram na Bahia (capital e interior), com o objetivo de resgatar a atuação das mulheres no período, bem como identificar as especificidades desta participação e as formas de utilização, especialmente por setores conservadores, de estereótipos que contribuem para a subordinação das mulheres na sociedade, atribuindo a estas o papel exclusivo de mãe, dona-de-casa e mantenedora dos valores burgueses-patriarcais-cristãos.*

Palavras-chave: Maternagem; Mulher e política; Anticomunismo.

INTRODUÇÃO

A historiografia política brasileira, pese toda a preocupação recente em dar visibilidade aos “novos sujeitos”, não tem demonstrado o devido interesse em inserir as mulheres nesse contexto. Exemplo nesse sentido é a vasta produção bibliográfica sobre o período da ditadura militar brasileira, instalada a partir de 1964, em que as mulheres só aparecem ocasionalmente e geralmente em situações anedóticas, excluindo-as do papel de sujeito político. Essa, aliás, não é uma especificidade da historiografia brasileira. Podemos afirmar que essa tem sido uma característica das ciências em geral, que tratam o homem, sujeito masculino, como centro do universo, um sujeito universal uma espécie de “arquétipo viril da história”.

Fugir desse modelo dominante é nossa perspectiva nesse trabalho. Resgatar um momento da história política baiana no limiar da Ditadura militar, dando visibilidade às mulheres como atores políticos, analisando sua atuação política neste processo e destacando as especificidades dessa participação são nossos objetivos. Nosso universo de análise são as manifestações, realizadas com intensa participação das mulheres baianas – sob o discurso da maternagem² e com o caráter conservador - inseridas na propaganda anticomunista do período, as chamadas Marchas da Família com Deus pela Democracia e pela Liberdade da Bahia, organizadas logo após o golpe militar de 1964.

¹ Este trabalho faz parte da pesquisa “As mulheres baianas na luta contra a Ditadura Militar – Participação e Resistência” coordenada pela Professora Ana Alice Alcantara Costa, desenvolvida através do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBa, com o apoio do Programa de Iniciação Científica UFBa/CNPq/FAPESB. analice@ufba.br.

* Aluna do curso de graduação em História da UFBa. Bolsista de iniciação científica UFBa/FAPESB. edianezeferina@yahoo.com.br.

** Aluna do Curso de Graduação em Ciências Sociais da UFBa. Bolsista de iniciação científica UFBa/CNPq

² Entendemos como maternagem o conjunto de ações que envolvem o processo de socialização, cuidado e proteção à criança identificado como um papel inerente, exclusivo e fundamental na vida das mulheres. Essa construção se dá no contexto das relações sociais de gênero e atenda a uma perspectiva patriarcal das relações de poder.

Estas manifestações faziam parte de todo um processo de articulação nacional de enfrentamento e resistência dos setores conservadores ao governo de João Goulart e suas medidas reformistas, que vinham tomando corpo desde a tentativa de impedir sua posse à presidência da República após renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a posterior consolidação do golpe militar. Nas Marchas da Família, porém, ao caráter de resistência presente na propaganda anticomunista é adicionado o discurso da maternagem na perspectiva de alcançar um grande público de mulheres e suas famílias para lutarem em defesa da preservação da moral, dos princípios da família burguesa, da propriedade e, especialmente, da religião cristã.

Nesse estudo, partimos do suposto de que nem todo movimento de mulheres insere-se no contexto das lutas feministas³, ou seja, não questionam a sua própria situação de mulher como sujeito na sociedade e não têm a perspectiva de transformação na condição de subalternidade da mulher (COSTA e SARDENBERG, 1994), pelo contrário, muitas vezes utilizam-se dessa subalternidade e de um conjunto de estereótipos (feminilidade, maternagem) para justificar sua ação política ou suas demandas. Esse, por exemplo, foi o caso do movimento sufragista de início do século XX que colocava a necessidade da autonomia política da mulher como um requisito para um melhor exercício do seu papel de mãe.

Esse será também o eixo mobilizador do movimento de mulheres de classe média conhecido como “Deus, Pátria e Família”, promovido pela direita e que dominará a cena política brasileira em 1964, sob a bandeira de conter o avanço comunista e a destruição da família e da propriedade. “Assumindo de maneira integral a imagem de donas de casa e mães de família, levaram às classes médias urbanas o apelo político-emocional da salvação da pátria contra o comunismo” (COSTA, 1998:81).

Assim, sob a bandeira da luta anticomunista e contra o nacional-reformismo do Governo de João Goulart, as mulheres da classe média brasileira foram arregimentadas e organizadas por setores conservadores da Igreja Católica e do Exército, com o apoio de entidades como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais).

DESENVOLVIMENTO

Articuladas através de pequenas diretorias, as lideranças destes grupos detinham efetivamente todo o poder de concepção e coordenação das ações do movimento, não obstante a colaboração e aconselhamento de diversos conselheiros masculinos, gerais e empresários, conforme afirma Solange Simões:

Contudo, a direção dos movimentos, a quem, como veremos, cabia definir objetivos, ações, ligações políticas. etc eram constituídas essencialmente por mulheres de empresários, tecno-empresários e militares – líderes do IPES, que organizavam os interesses da burguesia e militantes da conspiração cívico-militar (SIMÕES, 1985: 47).

Entre os principais grupos que compunham esse movimento de mulheres conservadoras, nacionalmente, tiveram destaque a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), LIMDE (Liga da Mulher Democrata), UCF (União Cívica Feminina), MAF (Movimento de

³ O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas (ALVAREZ, 1990:23).

Arregimentação Feminina) e FBPF (Federação Brasileira para o Progresso Feminino). Esta última, com uma antiga tradição de luta em prol dos direitos da mulher, em especial durante a campanha sufragista entre 1922 e 1932.

No período anterior ao Golpe, estas organizações participaram ativamente de várias ações de mobilização com vistas a desestabilização do governo Goulart coordenada pelo IPES/IBAD. Posteriormente ao Golpe, estas entidades passaram a cumprir o papel de arregimentadoras da opinião pública para o apoio da intervenção armada que coroou a campanha de desestabilização (SIMÕES, 1985:117)

Na fase que antecedeu o Golpe Militar, estas mulheres tiveram mais visibilidade em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, realizando diversas atividades políticas, a exemplo da remessa de 50 mil cartas enviadas ao Congresso Nacional, pressionando os deputados contra as reformas propostas por João Goulart; o impedimento da realização do Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina previsto para Belo Horizonte e transferido para Brasília em função do protesto feito pelas mulheres vinculadas a estes grupos que, deitadas na pista do aeroporto, impediram o desembarque das delegações. Também em Minas, teve muita visibilidade a manifestação marcada como a “noite das cadeiradas” realizada no Auditório da Secretaria de Saúde invadido quando o então deputado Leonel Brizola discursava a favor das reformas.

No geral elas trabalhavam organizadas em pequenos grupos, fazendo reuniões, disseminando sua ideologia, divulgando suas tarefas e convocando especialmente outras mulheres através de programas de rádio, escrevendo e enviando telegramas, cartas e panfletos, exaltando e defendendo valores e crenças cristãs e alertando contra a ameaça comunista.

A imagem simbólica criada para o Comunismo identificava-o, não como um sistema político-econômico, mas como uma doutrina vinculada à destruição dos valores cristãos, da família e da propriedade. Esse discurso anti-comunista, aliado ao discurso da maternagem, encontrou eco na classe média – de forma especial nas mulheres – que, insegura, via a possibilidade da perda de suas propriedades e dos valores burgueses já introjetados. Essa insegurança da classe média canalizada contra o Comunismo, identificado internacionalmente como oriundo da União Soviética, dirigia seu alvo inclusive para as relações internacionais do Governo Brasileiro com países considerados socialistas (Cuba, China...), estimulando a associação do Governo Goulart com o “Comunismo Ateu”. Para se ter uma dimensão desse momento histórico, um exemplo significativo é a campanha maciça realizada por estas mulheres conservadoras, contra a política do Ministério do Exterior, exigindo o apoio do Governo Brasileiro à intervenção dos EUA à Cuba.

Nesse sentido, antes de desembocar nas grandiosas manifestações de rua que foram estas “marchas”, a sociedade brasileira e, principalmente, a classe média, já estava passando por uma série de “preparativos” ideológicos - oriundos especialmente da mídia - que tinham como finalidade formar a opinião pública contra a reforma constitucional que ampliaria os poderes do Executivo e as reformas de base do governo João Goulart.

As marchas foram uma tática de mobilização e arregimentação dessas organizações e posteriormente se constituíram em uma forma de manifestação do apoio e respaldo as ações dos golpistas além de terem o intuito de manter a situação de subordinação das mulheres, ressaltando a exclusividade do seu papel de mãe.

As marchas na Bahia

Na Bahia, apesar da existência de várias organizações de mulheres de classe média, em sua grande maioria de caráter filantrópico ou emancipacionista, como o exemplo da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, criada em abril de 1931, estas não estavam articuladas com esse movimento nacional.

A Deputada Ana Oliveira, após os sucessos das manifestações de Rio de Janeiro e Belo Horizonte, empenha-se em conclamar as baianas para se integrarem a esta mobilização nacional, conforme noticiou o Jornal A Tarde:

A deputada Ana Oliveira anuncia que vai iniciar um movimento de mulheres baianas em defesa da democracia e das instituições vigentes e contra o comunismo, a exemplo do que já acontece em Minas, Rio e São Paulo. Já na próxima terça-feira, fará um discurso na assembléia lançando o movimento e depois conclamará as mulheres de todo Estado a se unirem. Já conta com a adesão antecipada de centenas de mães de família, senhoras de todas as classes e de todas as idades. (A TARDE, 21/03/1964:03) .

Nos dias que se seguem, Ana Oliveira utiliza várias vezes, a tribuna da Assembléia Legislativa para convocar as mulheres sempre alertando para o risco do avanço comunista.

Mas será, somente após o Golpe, que as mulheres baianas ligadas às classes dominantes, organizaram-se e trataram logo de manifestar seu apoio ao novo regime. Já no dia 06 de abril, com uma matéria intitulada “**Professoras solidárias com o Exército**”, o Jornal A Tarde noticia que “Comissão de professoras presta homenagem ao General Manoel Mendes Pereira, comandante da VI região militar, pelo revigoramento de democracia brasileira” (06/04/1964: 2). Nesse mesmo dia, em outra matéria com o título “**Ao Bonfim a passeata da vitória**”, o Jornal A Tarde afirma:

Os baianos receberam com maior júbilo a vitória do movimento político-militar contra a comunização do país (...) Já antes da vitória da jornada de recuperação democrática, os bahianos se preparavam para uma grande demonstração pública (...) será a comemoração do feito das forças armadas e dos líderes civis que se antepuseram à caminhada que os comunistas, com a lamentável convivência do Sr. João Goulart... (06/04/1964:3).

No dia seguinte, o referido jornal traz com destaque a notícia da homenagem realizada pelas mulheres “**O agradecimento da mulher bahiana**”, ao General Manoel Mendes Pereira, comandante da VI região militar e “por seu intermédio, aos chefes das guarnições da Marinha e da Aeronáutica” Segundo o jornal A Tarde, foram centenas de senhoras, “pertencentes aos diversos círculos sociais” que , compareceram ao Quartel General, “para apresentarem ao ilustre militar (...) o tributo do seu reconhecimento”. (A TARDE, 07/04/1964: 2).

O discurso proferido por Suzana Imbassay da Silva nos dá claramente uma idéia da composição social dessas mulheres e de seus interesses políticos:

⁵ “... da reunião participaram inúmeras senhoras baianas, dedicando-se entre outras, D. Maria do Carmo Cabral, esposa do coronel Francisco Cabral, Secretário de Segurança Pública, que representou D. Hildete Lomanto, esposa do Governador do Estado e D. Maria Helena Almeida, esposa do Sr. Adélio Almeida. O Clero baiano esteve mais uma vez representado pelos Srs. Manoel Soares e Walter Magalhães. Falando em nome do Cardeal da Silva, os dois sacerdotes aprovaram a sugestão apresentada na reunião, segundo a qual os sinos das matrizes de Salvador deveriam repicar festivamente, lembrando aos fiéis e aos cristãos em geral o grande significado da Marcha da Família” (JORNAL DA BAHIA, 08/04/1964: 08).

(...) aqui estamos nós, uma delegação de senhoras cristãs, mães de famílias, médicas, professoras, funcionárias, mas, antes de tudo, mulheres bahianas que também têm seu passado de glórias, vinculados a todos os fatos da história do Brasil, mulheres que se orgulham de serem descendentes de Maria Quitéria, mulher soldado, e sóror Joana Angélica, a mártir; mulheres bahianas que também sofreram e vibraram, dentro de seus lares, acompanhando cheias de ansiedade toda essa maravilhosa campanha que se processou com tanta eficiência e tanta paz que se nos afigura milagre de Deus por intermédio das forças armadas.(...) porque afastou de nós, mulheres cristãs, esse vento mau que soprou pelo Brasil, “vento de pânico e de discórdia”, que ameaçou desviar a terra brasileira da sua tradição de cordialidade e de “solução pacífica na superação das suas crises históricas. (A TARDE, 07/04/1964: 2).

A Comissão organizadora da Marcha reúne-se no requintado Club de Bridge da Bahia, para definir o roteiro e os encaminhamentos necessários. Os jornais destacam a presença de importantes senhoras e representantes do Clero⁵. Nessa reunião, foi elaborada a Proclamação da Marcha, amplamente divulgada:

Baianos. Homens e mulheres, velhos e moços, de todas as classes, de todas as profissões, de todos os credos de todas as religiões, não esperem convite para participarem da grande passeata no dia 15 (quarta-feira), a partir da Praça da Sé às quinze horas, com o fim de expressar o nosso sentimento de agradecimento a Deus – nosso grande General – e as fôrças armadas pelo alívio que trouxe ao coração de todos os brasileiros e particularmente, à família bahiana. Não espere convite, pois a festa tem dono, é sua, é minha, é nossa, é da Bahia. (A TARDE, 09/04/1964: 04).

Assinava a proclamação: “A mulher Baiana”. A partir desse momento, a atuação de Hildete Lomanto, esposa do Governador do Estado, será destaque na imprensa. Relegada até então ao simples papel de “Primeira Dama”, sem nenhuma visibilidade política, assumirá publicamente seu apoio ao novo regime e sua luta em defesa da família e dos “ideais democráticos”, estando à frente de todas as mobilizações, assumindo, inclusive a presidência da União Cívica Feminina (A TARDE, 18/04/1964: 02). Outras mulheres, até então completamente desconhecidas da grande imprensa, incorporam-se a essa luta, representando seus ilustres maridos, porém, como era de se esperar, não mereceram sequer o reconhecimento da imprensa, conforme podemos ver na forma como o Jornal A Tarde noticiou a reunião preparatória da Marcha: “Estiveram presentes à reunião (...) a deputada Ana Oliveira, padres (...) além de muitas outras senhoras da sociedade bahiana, entre as quais as sr^{as} Francisco Cabral e Jorge Calmon...” (08/04/1964: 04)⁶

No dia 15 de abril, a partir das 14 horas, começou a concentração na praça Municipal. Após a celebração do solene “Te-Deum”, na Catedral Basílica, a multidão dirigiu-se ao Campo Grande,

[...] formando então uma impressionante torrente de homens, mulheres, crianças, que entoando hinos patrióticos e religiosos, davam vivas às Forças Armadas e à Democracia. Bandeiras do Brasil e da Bahia, faixas alusivas à redemocratização do país, delegações de outros Estados e do interior baiano, representantes de dezenas de entidades, civis e religiosas, grupos

⁶ Sublinhado das autoras

representativos das Forças Armadas, bandas de música e o povo vibrando constituíam o conjunto da indescritível passeata (...) Os acordes do Hino Nacional Brasileiro e de marchas patrióticas comoveram até as lágrimas de milhares de pessoas... (JORNAL DA BAHIA, 16/04/1964: 01).

Esta seria a maior manifestação baiana de apoio aos Militares. Contando com a colaboração direta da Prefeitura Municipal⁷, do Governo do Estado e diversos outros setores⁸ a Marcha contou com cerca de 400 mil pessoas⁹.

Acompanhada de seus filhos e carregando uma bandeira do Brasil, durante todo o trajeto, a Senhora Hildete Lomanto, foi a primeira a falar no ato realizado no Campo Grande, apresentando sua mensagem a mulher baiana:

No dia de hoje, em que a Pátria reinicia sua jornada democrática, marcha o povo baiano, em uma só família, para expressar o seu jubilo e sua esperança nos destinos da terra comum, unida sob a inspiração melhor dos ideais cristãos e acalentada pelos mais puros anseios de fraternidade (...) Mais uma vez, cabe a mulher baiana, organizadora dessa marcha, um papel destacado nessa hora decisiva. Ela que sempre se fez presente em todos os grandes momentos da Pátria, ainda agora nos convoca para o sagrado cumprimento de um dever, o de

⁷ O apoio da prefeitura, através do seu prefeito foi amplamente divulgado na imprensa:

“Em entendimento com a deputada Ana Oliveira, o prefeito Antonio Casais declarou, que a prefeitura dará todo o apoio à realização da passeata, mandando, inclusive, armar no Campo Grande, o grande palanque que foi utilizado (...) durante a cruzada do Rosário em família (...)” (jornal A TARDE, 08/04/1964:04).

“A deputada Ana Oliveira comunicou às senhoras bahianas que estão preparando a “Passeata da Vitória” que o prefeito Antonio Casaes lhe garantiu todo apoio da prefeitura para a mesma (...) ofereceu (...) tudo que estiver a seu alcance” (jornal A TARDE, 09/04/1964:03).

⁸ *“Além da massa popular que deverá acompanhar a passeata, por iniciativa própria, diversas entidades já hipotecaram irrestrito apoio ao desfile cívico, entre elas, destacando-se: A comunidade batista (...), todos os sindicatos democráticos (...), instituições religiosas, ordens terceiras parlamentares, Rotary clube, Lions clube, toda a Maçonaria, Liga Bahiana contra o analfabetismo, Petrobrás, Fuzileiros navais, Clubes sociais e muitas outras’.* (jornal A TARDE, 13/04/1964:03).

“Tendo a associação comercial pedido aos seus membros que fechem seus estabelecimentos comerciais (...) O prefeito Antonino Casaes assinou decreto considerando ponto facultativo o turno vespertino, o mesmo tendo feito a assembléia legislativa.(...) O governador também vai declarar ponto facultativo no expediente da tarde (...) “Além de colocar seus navios para o transporte de pessoas residentes no Recôncavo, durante a manhã, a navegação Bahiana colocará, também, todas suas embarcações no porto, na hora do início do desfile (...)” (jornal A TARDE, 13/04/1964:03).

“O Presidente da Federação das Indústrias, Sr. Pedro Ribeiro, formulou apelo aos industriais baianos no sentido de encerrar as atividades de suas empresas às 14 horas de amanhã, a fim de possibilitar o comparecimento de seus operários a ‘Marcha da Família’ (...) Por outro lado, determinou o Presidente da Federação das Indústrias a decretação de ponto facultativo nos órgãos ligados ao Serviço Social da Indústria e Serviço Nacional de aprendizagem industrial a fim de que seus funcionários possam também participar da ‘Marcha da Família.’... programada para amanhã em nossa capital”. (JORNAL DA BAHIA, 14/04/1964:05).

⁹ *“Eis a ordem em que se apresentaram na ‘Marcha da família...’, integrantes da passeata: 1) Banda de música do exército; 2) Autoridades civis, militares e eclesiásticas; 3) Comissão central organizadora da passeata; 4) Grupamento de professores e alunos do curso primário; 5) Grupamento de professores e alunos do curso secundário; 6) Diretórios estudantis, que se incorporaram na praça Castro Alves; 7) Banda de música da Polícia Militar 8) Delegações do interior; 9) Delegações esportivas; 10) Outras entidades, inclusive regionais. Desfilaram na grande Marcha da família..., entre outros, notados pela reportagem: Conferentes e Concertadores de pôrto de Salvador; Colégio da Polícia Militar do Estado; Corpo de Bombeiros; Irmandade de São Francisco; Ginásio Irmã Dulce; Círculo Operário da Bahia; Evangelistas; Maçonaria; Instituto de música da Bahia tendo o vereador Cosme de Farias encerrando a passeata em companhia de um grupo de crianças, das quais é mantenedor.”* (JORNAL DA BAHIA, 16/04/1964:05).

reafirmação da nossa Fé e do nosso culto aos ideais democráticos. (A TARDE, 16/04/1964: 1).

Seguiu-se uma longa lista de oradores¹⁰. No dia seguinte, em grande manchete, o Jornal A Tarde anunciava em primeira página “**Marcha foi apoteose da vitória**”.

Após o sucesso da Marcha realizada em Salvador, rapidamente o movimento espalhou-se por várias cidades do interior baiano. Logo no dia 20 de abril, Feira de Santana realiza sua marcha. Segundo o jornal Diário de Notícias, “... uma manifestação livre e espontânea, dissociada de qualquer interesse de grupo ou partido” (21 e 22/04/1964: 05, 1º caderno). No dia seguinte, 21 de abril, três municípios baianos realizaram suas manifestações: Nazaré das Farinhas, Camaçari e Santo Antonio de Jesus. Nos três, o marcante apoio das Prefeituras Municipais e a participação da Igreja Católica na organização da manifestação. Apenas Nazaré das Farinhas registra a participação de Zélia Ferreira de Araújo, presidente da Associação do Amor Divino, na coordenação do evento (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18/04/1964: 05 e 21 e 22/04/1964: 05). O Município de Simões Filho realizou sua Marcha no dia 01 de maio “... sob os auspícios da Irmandade do Apostolado da Oração”. Participaram da comissão organizadora as senhoras Noêmia Meireles Ramos, Eulina Piedade Campos e o vereador Altamirando Araújo Ramos (JORNAL DA BAHIA, 30/04/1964: 04).

Outras cidades como Alagoinhas, Paripiranga, Jaguaquara também fizeram suas Marchas. No mês de maio, foram realizadas Marchas nos municípios de Catu, Inhambupe, Araci, Calculé, São Gonçalo dos Campos, São Francisco do Conde. Em junho, foram os municípios de Cruz das Almas, Iramais, São Francisco do Conde, Lençóis e Guanambi a realizar suas manifestações. Em todas, a prefeitura Municipal decretou feriado escolar, ponto facultativo para o funcionalismo público, o comércio fechou e em diversos locais foram reservados transportes gratuitos até os locais das Marchas. A Igreja Católica foi a principal articuladora em todos os municípios. Nestas cidades, por falta de organizações específicas, a participação feminina ficou diluída em meio às ações de articulação e bem poucas mulheres tiveram um papel significativo, geralmente diretoras de escolas.

CONCLUSÃO

Como vimos, as **Marchas da Família com Deus pela Democracia e pela Liberdade** criaram um espaço de atuação política para as mulheres, embora este tenha tido caráter conservador e de manutenção de velhos papéis patriarcais, ainda assim, as mulheres participaram diretamente deste processo, mobilizando setores da sociedade e penetrando num espaço reservado ao masculino por excelência que é a política.

Segundo Chaney, as mulheres se mobilizam sempre que sentem que a segurança e o bem-estar de sua família estão sob ameaça. Esse tipo de prática é a origem de muitos movimentos sociais e geralmente tornam vulneráveis as mulheres e suas mobilizações à manipulações por parte dos governos e de partidos políticos (1983:44). No caso específico brasileiro, essa manipulação foi muito concreta. O argumento da ameaça comunista, da destruição da família, das perdas à propriedade privada, falava muito forte às mulheres. São valores introjetados

¹⁰ Conforme a programação divulgada, era a seguinte a ordem dos oradores: Cardeal da Silva, “D. Hildete Lomanto falará em nome do seu esposo em face deste ter viajado a fim de assistir à posse do general Humberto Castelo Branco (...)”, a deputada Ana Oliveira, Srº Renato Novis, médico Luiz Fernando Macedo Costa, profº Thales de Azevedo, pastor Ebenezer Cavalcante, Srº Germano Tabacof, pastor Waldívio, Maçon Jair Brasileiro, universitário Wilson Rosado, major Everaldo Calazans, Sra. Regina Jorge e o deputado Wilson Lins. (jornal A TARDE, 15/04/1964: 03).

culturalmente e que fazem parte da própria construção de gênero vivenciada pelas mulheres. Naquele momento, para estas mulheres, o governo João Goulart e suas propostas de reforma, representavam uma ameaça.

Por outro lado, não podemos esquecer que o movimento de mulheres contempla uma enorme diversidade de formas de organização, objetivos e ideologias. Como afirma Malyneux, “Um movimento de mulheres não precisa ter uma única expressão organizativa e pode caracterizar-se por uma diversidade de interesses, formas de expressão e localizações espaciais” (2003:225). Pode, inclusive apresentar “... posições e objetivos políticos distintos e, mesmo quando as mulheres se organizam de maneira autônoma, nem sempre atuam de maneira autônoma na defesa dos seus interesses de gênero” (2003:230). Esse é o caso, específico do movimento “Deus, Pátria e Família”.

Conforme demonstra o estudo realizado por Solange Simões sobre esse movimento no Rio de Janeiro e Belo Horizonte, os organizadores do Golpe Militar não articularam as mulheres como cidadãs, mas como “... figuras ideológicas santificadas como mãe”. Para estes setores, a expectativa era de que “... a presença de ‘donas de casa’ na ação política ao mesmo tempo que provocasse impacto, gerasse também grande confiabilidade nas ‘motivações cívicas’ dos militares, em oposição aos interesses pessoais e a corrupção que, na crença geral, moviam os políticos e governantes” (1985:38)

A possibilidade de atuação política que aqui lhes é apresentada, se dá nos limites do “roll” materno; sua participação é a simples manifestação do domínio patriarcal ao qual as mulheres estão submetidas e que estruturam culturalmente a “ideologia da feminilidade”. Uma ideologia que determina a maternidade como o elemento constitutivo da identidade cultural e da personalidade feminina (COSTA, 1998:80). São estas “características femininas” que condenam a mulher ao mundo privado, as que, contraditoriamente, levaram as mulheres brasileiras, nesse momento, a atuar no mundo público.

Porém, como afirma Simões,

aquelas mulheres ao se lançarem na política não rompem com o papel idealizado de mães e esposas e com os modelos idealizados de mulher. Pelo contrário, é através desses ‘atributos’ que se julgam capazes de militar e que dão ‘autoridade’ à sua presença na esfera política (...) elas se alienavam recriando e reproduzindo uma ‘imagem mística de mulher’ (1985:139).

Nesse processo político, a posição de destaque se dava de forma tradicional, perpetuando seu lugar de subordinada, não havia uma perspectiva emancipatória que permitisse às mulheres ocupar um papel social de mais autonomia, que promovesse uma política igualitária para as mulheres. Ao deixarem de ser úteis ou necessárias ao novo regime, agora vitorioso com um respaldo popular entre as classes médias garantido, as mulheres são desestimuladas ou obrigadas a retornarem ao lar e a sua invisibilidade política, sem que houvesse mudado sua condição de subalternidade.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Sonia. **Engendering Democracy in Brasil: Women’s Movements in Transición Politics**. Pinceton: Princeton University Press. 1990;

COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecilia Maria. *Feminismos, feministas e movimentos sociais*. In. BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994 a.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família. As mulheres no Golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985. 180p.

COSTA, Ana Alice. **As donas no poder. Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBa e Assembléia Legislativa da Bahia. 1998

MOLYNEUX, Maxine. **Movimientos de mujeres en América Latina. Un estudio teórico comparado**. Madrid: Catedra/Universidad de Valencia. 2003;

CHANEY, Elza M. **Supermadre. La mujer dentro de la política en América Latina**. México. Fondo de Cultura Económica, 1985.